



Reforma da Previdência está na pauta de hoje do Plenário

Relatório de Tasso Jereissati será analisado antes pela Comissão de Constituição e Justiça. A previsão é que a votação da PEC em segundo turno seja concluída até o dia 10

Roque de Sá/Agência Senado — 27/7/2019



Calendário previsto para a votação da proposta pelo Plenário deve ser mantido, mesmo com adiamento da análise da semana passada para esta

Os senadores devem votar a PEC da reforma da Previdência hoje, primeiro na Comissão de Constituição e Justiça e, em seguida, no Plenário. Foram apresentadas 77 emendas ao relatório de Tasso Jereissati, mas o senador acatou apenas duas. A primeira é uma emenda supressiva, para não prejudicar o acesso à aposentadoria integral do servidor público que recebe vantagens vinculadas a desempenho, e a segunda para corrigir a redação do trecho que inclui os informais entre os trabalhadores de baixa renda que terão acesso a sistema especial. Foram rejeitadas emendas sobre temas como idade mínima, pensões, transição, aposentadorias especiais e abono salarial. Alguns senadores anunciaram que tentarão aprovar destaques durante a discussão no Plenário. **3**

Rose participa de debate na ONU sobre clima e direitos da mulher

A senadora Rose de Freitas participou de debate na Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, direitos das mulheres, igualdade de

gênero, empoderamento feminino e combate à violência doméstica.

Na sexta-feira, Rose se reuniu com o chefe da missão permanente, embaixador João Genésio de Almeida Filho. **3**

Divulgação/Cabinete Rose de Freitas — 28/9/2019



Rose com o embaixador João Genésio de Almeida Filho (2º à dir.) em Nova York



Marina Givri/Brasil

Apesar do aumento de ciclovias no país, o número de ciclistas mortos se mantém estável desde 2004

Políticas públicas para uso de bicicleta ainda precisam se tornar realidade

Segundo o Ministério da Saúde, 1.306 ciclistas morreram vítimas de acidentes só em 2017. O quadro não tem se alterado significativamente desde 2004, quando foi lançado o Programa Bicicleta Brasil, reeditado em bases

ampliadas na forma de uma lei aprovada em 2018 pelo Congresso. O programa, no entanto, ainda precisa ser regulamentado, com a definição das ações que caberão a municípios, estados e governo federal. **4**

Davi discute partiha do megaleilão do pré-sal

Em encontro com governadores, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, defendeu a distribuição para estados e municípios dos recursos do pré-sal, tal qual prevê a PEC da Cessão Onerosa já aprovada na Casa e em análise na Câmara. **2**

Nova Previdência é alvo de críticas em audiência

Os convidados da audiência na Comissão de Direitos Humanos foram unânimes nas críticas às propostas que mudam o sistema previdenciário. Os textos foram considerados inconstitucionais e prejudiciais aos servidores públicos. **3**

PEC paralela é tema de debate hoje em comissão

A Comissão de Educação discute hoje, em audiência pública, o impacto do pagamento de contribuições previdenciárias pelas entidades educacionais filantrópicas, previsto na PEC paralela da reforma da Previdência. **3**

Davi defende recursos do pré-sal para os estados

Em encontro com governadores, presidente do Senado defendeu distribuição de verbas dos leilões entre União, estados e municípios, como prevê a PEC da Cessão Onerosa, que está na Câmara dos Deputados

A DISTRIBUIÇÃO DOS recursos do megaleilão de petróleo que o governo federal deve realizar em novembro foi discutida ontem em encontro do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, com governadores do Norte e do Nordeste, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, o líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), e outros parlamentares.

Na residência oficial do Senado, eles discutiram os critérios de distribuição dos recursos do leilão, que, segundo Davi, será o maior da história do Brasil, com receita prevista de R\$ 106 bilhões. O presidente da Casa voltou a defender a distribuição dos recursos entre União, estados e municípios, como previsto na PEC 98/2019, conhecida como PEC da Cessão Onerosa, aprovada em setembro no Senado e que agora está em análise na Câmara dos Deputados. Ele disse que o acordo com o governo é pelo texto aprovado no Senado, que estabelece o repasse de 15% dos recursos arrecadados para estados e



Governadores, senadores e representantes do governo se reuniram ontem

15% para municípios.

— Não tenho dúvida de que a construção vai ser feita com o apoio de todos os líderes na Câmara e os deputados compreenderão a importância e o significado da busca do consenso que isso representa para a sobrevivência dos estados e municípios — destacou.

A PEC permitirá aos municípios, aos estados e ao DF receber parte dos recursos da exploração dos campos de petróleo. Na quinta-feira, Davi promulgou a Emenda Constitucional 102, que autoriza o governo a realizar os leilões das áreas de exploração, previstos para 6 de novembro. A emenda

é um trecho da PEC da Cessão Onerosa que já foi aprovado nas duas Casas.

A outra parte da proposta, que garante os percentuais de divisão dos recursos entre os entes da Federação, voltou para tramitação na Câmara. Ontem os governadores manifestaram a preocupação de que ela não seja votada pelos deputados a tempo de viabilizar a nova divisão dos recursos a serem arrecadados com o leilão. Davi disse que, caso a Câmara não consiga aprovar a PEC em tempo hábil, há o compromisso do governo federal de editar uma medida provisória para garantir a distribuição.

Styvenson questiona decisão do STF sobre alegações finais

Styvenson Valentim (Podemos-RN) questionou ontem em Plenário a decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que, na quinta-feira, decidiram em favor de uma tese que pode anular condenações da Lava Jato.

— Ao definir se a ordem das alegações deve ou não ter um rito, não obrigado por lei, o STF poderá alterar todas as decisões judiciais referentes não apenas ao âmbito da Operação Lava Jato, mas também ao julgamento de outros crimes.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Brasil está à beira de uma crise institucional, afirma Juíza Selma

Juíza Selma (Podemos-MT) disse ontem em Plenário que o Brasil está à beira da maior crise institucional que já o ameaçou ultimamente. Para a senadora, o entendimento do STF sobre a Operação Lava Jato pode definir o Brasil como “um país da impunidade”.

— Não posso deixar de registrar aqui também o meu apelo para que a Suprema Corte ouça as vozes do povo e da Constituição, a voz do Ministério Público, a voz deste Brasil — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Acir Gurgacz comemora redução de mortes em acidentes de trânsito

Acir Gurgacz (PDT-RO) celebrou ontem em Plenário a redução de 52% no número de mortes decorrentes de acidentes de trânsito em Porto Velho. Segundo ele, a boa notícia se estende a outras regiões, o que rendeu ao Brasil premiação pelo Programa Vida no Trânsito, conferido pela ONU.

— A premiação mostra o trabalho sério e comprometido com a causa que vem sendo realizado pelo Detran e por outras instituições de Rondônia.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Notícia falsa sobre a TV Senado volta a circular no WhatsApp

É falsa a notícia que voltou a circular no aplicativo WhatsApp de que a TV Senado divulgou um vídeo sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 27/2017, conhecido como Dez Medidas contra a Corrupção. O boato já havia circulado nas redes em 2017. Na ocasião, o Senado

divulgou nota esclarecendo a improcedência da notícia. A mensagem, que acompanha um vídeo de atores da Rede Globo defendendo o projeto, diz que a TV apresentou o vídeo e que o Congresso e o Senado o censuraram. No entanto, o vídeo nunca foi transmitido pela TV Senado.

Fernando Bezerra destaca melhora na taxa de desemprego

Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) destacou ontem em Plenário a melhora



Waldemir Barreto/Agência Senado

no cenário econômico do país, especialmente na recuperação do emprego. Ele citou dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), segundo os quais foram criadas 121.387 vagas com carteira assinada em agosto de 2019.

— Isso significa que os anos mais duros da crise econômica estão ficando para trás e que o Brasil avança para reencontrar a sua trajetória de crescimento.

Jorge Kajuru defende proteção social para trabalhadores informais

Jorge Kajuru (Cidadania-GO) defendeu ontem em Plenário os brasileiros



Waldemir Barreto/Agência Senado

que atuam na informalidade. Ele disse concordar com o pesquisador José Pastore, para quem 50% da população economicamente ativa está sem amparo.

— Como criar mecanismos de proteção para esse novo trabalhador, que, inapelavelmente, vai ter de buscar a própria proteção? Ele será capaz, sozinho, de adquirir previdência privada, seguro social, seguro de saúde, etc?.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



CDH Imigrantes

9h Audiência sobre imigrantes.

CAE Nomes para o Cade

10h Autorizações de empréstimos. Depois, sabatinas para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

CCJ Previdência

10h Emendas à PEC 6/2019, que modifica a Previdência Social.

CE Pagamento de passaportes

11h Entre 16 itens, o PL 861/2019, que isenta estudantes de pagarem por passaporte. Às 14h30, debate sobre a PEC paralela da Previdência para o ensino filantrópico.

CI Ferrovias privadas

11h O PLS 261/2018, que permite construção de ferrovias privadas, é um dos 7 itens

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h A PEC paralela da Previdência deve estar na pauta.

CCT Capitalização da Eletrobras

14h30 Audiência sobre proposta de capitalização da Eletrobras.

CMO Plano plurianual

14h30 Na pauta, relatório preliminar ao PLN 21/2019, que institui o PPA 2020–2023.

MP 893/2019 Coaf no Banco Central

14h30 Audiência pública.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário deve votar PEC da reforma da Previdência

Antes, o relatório do senador Tasso Jereissati, com 77 emendas, será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça. Tasso acatou apenas uma emenda supressiva e corrigiu a redação de um trecho

A PEC DA reforma da Previdência deve ser votada hoje em Plenário, após decisão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde será analisado o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), com 77 emendas apresentadas.

No relatório da PEC 6/2019, Tasso acatou apenas uma emenda supressiva, para não prejudicar o acesso à aposentadoria integral de quem recebe vantagens variáveis vinculadas a desempenho no serviço público, e corrigiu a redação do trecho que inclui os informais entre os trabalhadores de bai-

xa renda que terão acesso ao sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas favoráveis.

Foram rejeitadas as emendas com temas ligados a servidores públicos, mudanças em pensões, idade mínima, regras de transição, aposentadorias especiais, cálculo da aposentadoria, abono salarial e regras especiais para grupos específicos. Segundo o relator, nas emendas “não se identificaram novos temas em relação ao deliberado anteriormente na CCJ, e em relação às conclusões de seu parecer anterior”.

Senadores como Paulo Paim (PT-RS) e Eliziane Gama (Cidadania-MA) disseram que vão tentar aprovar destaques ao texto durante a discussão no Plenário. Entre os pontos que podem sofrer destaques, estão as restrições ao abono salarial, benefício pago a quem ganha menos de dois salários mínimos (R\$ 1.996) e tem pelo menos cinco anos de cadastro no PIS/Pasep. O texto da reforma assegura o direito apenas a quem tiver renda mensal igual ou menor que R\$ 1.364,43.

Após o adiamento da votação em Plenário, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que não gostaria de ter alterado a data — inicialmente a PEC seria votada na terça-feira passada, mas a votação foi adiada em razão de uma sessão do Congresso —, mas lembrou que era necessário apreciar os vetos presidenciais e também votar projetos incluídos na pauta do Congresso. Ele afirmou que o calendário previsto para a aprovação da proposta será mantido. A votação em segundo turno deve ser concluída até o dia 10.



Entre Rogério Correia e Maria Lucia Fattorelli, Paim dirige debate

Reforma é prejudicial ao país, afirmam debatedores

As propostas de emenda à Constituição sobre a reforma da Previdência (PECs 6/2019 e 133/2019) foram criticadas ontem em mais uma audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A proposta principal da reforma (PEC 6/2019) aguarda a votação de emendas de Plenário na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Para o advogado Diego Cherulli, a PEC é inconstitucional e resultará em aumento das judicializações. O presidente da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil, Paulo Fossatti, disse que a PEC rouba direitos dos trabalhadores e seu acesso à cidadania.

Na opinião da coordenadora-geral do Sindicato

Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, Denise Romano, a PEC da Previdência somente resultará em aumento da miséria.

Para a coordenadora-geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, Maria Lucia Fattorelli, a PEC traz insegurança jurídica flagrante, acabando com todos os direitos dos servidores.

O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte, Israel Arimar de Moura, disse que a entidade cobrará cada senador de acordo com o seu voto.

— Vamos olhar o que esta Casa faz. E no ano que vem e no seguinte, vamos dar o troco a quem trair os trabalhadores.



Simone Tebet, Davi Alcolumbre e o relator da proposta, Tasso Jereissati

Impacto da PEC paralela para ensino filantrópico será discutido em comissão

O pagamento de contribuições previdenciárias pelas entidades educacionais filantrópicas, previsto na PEC paralela da reforma da Previdência (PEC 133/2019), será tema de audiência na Comissão de Educação (CE) hoje às 14h30.

Os senadores vão ouvir entidades educacionais para debater os impactos que a

medida poderá trazer para o ensino filantrópico.

A PEC acrescenta um compilado de mudanças ao texto principal da reforma (PEC 6/2019), que contém regras para o acesso a aposentadoria e pensões, para o cálculo do benefício e para as alíquotas de contribuição. Também contém regras de transição para

trabalhadores em atividade.

O texto foi desmembrado da primeira PEC e tem entre as atribuições a inclusão de estados e municípios, a previsão de novas receitas para a Previdência e uma revisão das intervenções da PEC original sobre benefícios assistenciais.

O parágrafo que será discutido trata da redação criada

pelo relator da PEC, Tasso Jereissati (PSDB-CE), que permite a cobrança das contribuições previdenciárias para as entidades educacionais filantrópicas, alterando o artigo 195 da Constituição. O texto atual diz que são isentas de contribuição as entidades beneficentes de assistência social que atendam as exigên-

cias da lei. Pela PEC paralela, a redação passaria a ser: “Não são devidas contribuições para a seguridade social por entidades beneficentes certificadas pela União que prestem, na forma da lei complementar, percentual de serviços nas áreas de assistência social e saúde sem exigência de contraprestação do usuário”.

Rose debate clima e direito das mulheres nas Nações Unidas

Em debate na Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, a senadora Rose de Freitas (Podemos-ES) defendeu projetos e ações prioritárias para a garantia dos direitos das mulheres e o combate à violência de gênero, além da adoção de medidas que revertam as mudanças climáticas. A senadora, que é procuradora especial da Mulher, está representando o Senado na 74ª Assembleia Geral da ONU.

Na sexta-feira, Rose se reuniu com o embaixador João Genésio de Almeida Filho, chefe da missão permanente, quando debateram o meio

ambiente, com destaque para o pronunciamento do secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, que chamou atenção para a crise do clima no planeta.

— Se a questão é uma crise, temos que agir em conjunto para superá-la — afirmou Rose, que integra a Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC).

Direitos das mulheres, igualdade de gênero, empoderamento feminino e combate à violência doméstica, pautas que integram a Agenda 2030 (conjunto de 17 metas para o desenvolvimento social e econômico do mundo), também foram abordados no encontro.

Há uma conspiração contra a Lava Jato, afirma Alvaro Dias

Alvaro Dias (Podemos-PR) disse ontem que a Operação Lava Jato está sofrendo ataques arquitetados pelos três Poderes, especialmente pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Na opinião do senador, a força-tarefa nunca esteve tão ameaçada, nem sofreu tantos retrocessos como no atual governo

— O objetivo desse pronunciamento foi, mais uma vez, demonstrar preocupação com o que vem ocorrendo no combate a essa Operação Lava Jato, que ressuscitou as esperanças do nosso povo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Confúcio conclama brasileiros a ajudarem o país

Confúcio Moura (MDB-RO) condenou a radicalização e o discurso de ódio predominantes hoje no Brasil e disse que a busca pelo consenso é necessária para encontrar soluções para a profunda crise existente no país. Ele destacou também a importância de que cada cidadão contribua para que o Brasil melhore.

— Por exemplo, olhar se o menino está indo para a escola, olhar se o menino está estudando direitinho, acompanhar o filho. Só esse gesto já é um gesto de ajudar o Brasil, é um gesto para melhorar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

PEC da Previdência retira direitos dos idosos, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) lamentou ontem que o Dia Internacional do Idoso, celebrado hoje, tenha sido escolhido como a data de votação reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça e no Plenário. Para o senador, o texto retira direitos dos idosos e, por isso, eles são os principais prejudicados.

— Não é o envelhecimento da população que vai trazer o caos à Previdência, mas a ineficiência do sistema, a má gestão, o desvio das verbas da seguridade. Será que há motivos para os idosos celebrarem? Creio que não. Muito pior se o resultado for a aprovação da reforma — disse.

Programa para uso de bicicleta não saiu do papel

O Programa Bicicleta Brasil, criado por lei no ano passado, ainda precisa ser regulamentado para se tornar realidade, o que inclui definir ações e fontes de financiamento

Ana Luisa Araujo e Nelson Oliveira

VINTE MIL MORTOS em quase 15 anos. Esse é o preço, em vidas humanas, da falta de segurança para os usuários de bicicletas no Brasil. No rol de fatores que podem explicar tão alto risco, estão as falhas nas políticas públicas voltadas ao transporte cicloviário no Brasil em mais de uma década. Entre as falhas, podem ser mencionados tanto os erros de planejamento e a má execução quanto a própria ausência de políticas ou até a falta de um padrão mínimo para as bicicletas nas várias regiões do Brasil.

Segundo o Ministério da Saúde, 1.306 ciclistas morreram em acidentes só em 2017. O quadro não tem se alterado significativamente desde 2004, quando o hoje extinto Ministério das Cidades lançou o Programa Bicicleta Brasil, reeditado em bases ampliadas na forma da Lei 13.724, aprovada em 2018.

Dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade, mostram que, há 15 anos, o total de ciclistas mortos havia sido 1.389. No intervalo até 2017, último dado disponível, sofreu algumas variações para baixo e para cima, chegando a 1.668 em 2006, mas situando-se na média anual de 1,4 mil.

“Há uma incompatibilidade de discursos de mobilidade entre o rodoviarismo e o cicloativismo. Essa disputa de discursos fica evidenciada no governo federal, com avanços para visão cicloativista a partir de 2004, com o Programa Bicicleta Brasil, e retrocessos a partir de ano de 2009 com fortalecimento da visão rodoviarista e estímulo econômico e fiscal para compra de automóveis”, diz o estudo *Cidades*

cicláveis avanços e desafios das políticas cicloviárias no Brasil, publicado pelo Ipea. Segundo o estudo, circulam pelo país cerca de 50 milhões de bicicletas contra 41 milhões de carros. Mesmo diante dessa diferença expressiva, não há boa cobertura de ciclovias ou ciclofaixas nas cidades brasileiras.

Programa

A lei que instituiu o Programa Bicicleta Brasil (PBB) é uma tentativa de melhorar as condições gerais da mobilidade urbana, sobrecarregada pelo fluxo intenso de veículos motorizados. A proteção aos ciclistas não é mencionada diretamente no texto, a não ser quanto ao estabelecimento de vias intermunicipais “voltadas para o turismo e o lazer”.

O PBB tem como objetivos mais concretos aumentar a construção de ciclovias e a marcação de ciclofaixas e faixas compartilhadas (temporárias) nas pistas de rolagem. Mas não apenas isso: o texto prevê a implantação de sistemas de aluguel de bicicletas a baixo custo em terminais de transporte coletivo, onde também se pretende instalar bicicletários.

A margem das vias e estacionamentos são locais destinados aos paraciclos, conjunto de suportes simples para prender bicicletas. Campanhas de incentivo ao uso da bicicleta estão igualmente previstas, assim como a instalação de equipamento de apoio, como banheiros públicos e bebedouros em pontos estratégicos.

A legislação, que completa um ano neste mês, não saiu do papel até o momento, embora o governo esteja anunciando para o próximo mês o início de discussões com vistas à



Avenida Paulista, em São Paulo: ciclovias precisam ser pensadas com ligação a modais de longa distância, como metrô

sua regulamentação, que terá de levar em conta o apoio do governo federal às ações a serem desenvolvidas por estados, municípios, organizações não-governamentais e empresas privadas. Para participar do PBB, ONGs e empresários terão de se engajar em parcerias ou contratos público-privados.

Em última análise, regulamentar o PBB é dar cumprimento à Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587, de 2012), que tem entre suas diretrizes priorizar os modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado.

Oficinas

Nos dias 15 e 16 de outubro, o grupo gestor criado pela Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional fará a primeira oficina para debater e propor medidas e ações necessárias para converter a política pública em realidade. A reunião terá lugar na sede da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), com a participação de 40 organizações ligadas ao tema, incluindo a União de Ciclistas do Brasil (UCB) e a Frente Nacional de Prefeitos. O PBB é mais um exemplo

de política pública aprovada de forma unilateral pelo Legislativo — seja porque o Executivo deixou de cumprir seu papel, seja porque os parlamentares entendem que uma lei tem mais chance de se impor e seguir vigorando do que uma portaria ministerial.

Quando da aprovação do projeto no Senado, em setembro de 2018, o relator, Eduardo Braga (MDB-AM), demonstrou otimismo: “com a implantação do PBB, cidades que já desenvolvem ações para valorizar o transporte por bicicleta contarão com maior apoio, particularmente financeiro, e aquelas que ainda não o fazem se sentirão motivadas a desenvolver projetos como este”.

É um cenário de contornos muito promissores, especialmente quando comparado com os resultados obtidos pela versão administrativa do programa. Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), mencionada no estudo *Desafios da mobilidade*, publicado pela Câmara dos Deputados em 2015, indica que os programas para mobilidade a cargo do Ministério das Cidades não diminuíram a prioridade para veículos motorizados individuais.

O aumento da frota de carros continuou a receber incentivos fiscais ao passo que a execução

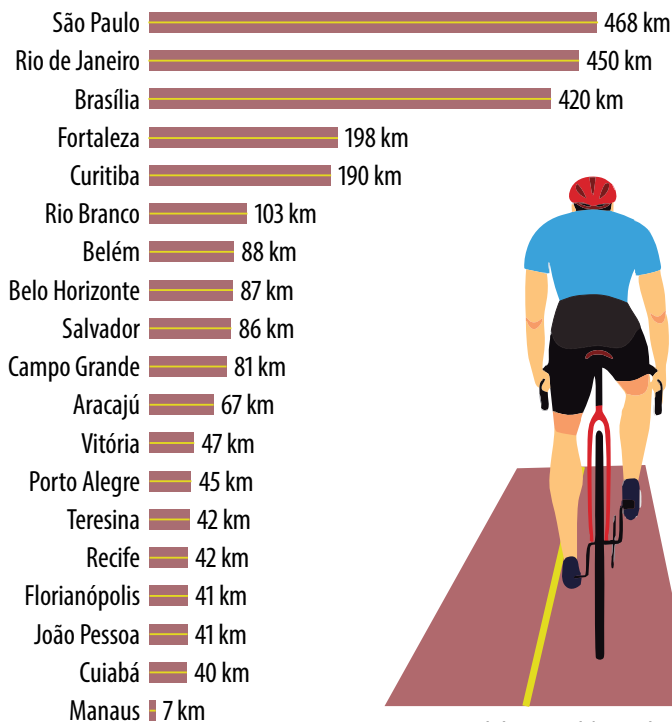
orçamentária se mostrou sempre abaixo do planejado. Ou seja, a maior parte das verbas previstas no Orçamento dificilmente se converteu em obras.

Modais

Além da escassez de recursos, uma das grandes questões a serem resolvidas pelo grupo de regulamentação será a capacitação técnica de prefeituras, fundamental para que bons projetos sejam levados a execução. Problema comum no Brasil é o da ciclovia que, na linguagem popular, “leva do nada ao lugar nenhum”. Isso decorre de trajetos não pensados para se ligarem a outras ciclovias e aos demais modais de longa distância, como o ônibus e o metrô.

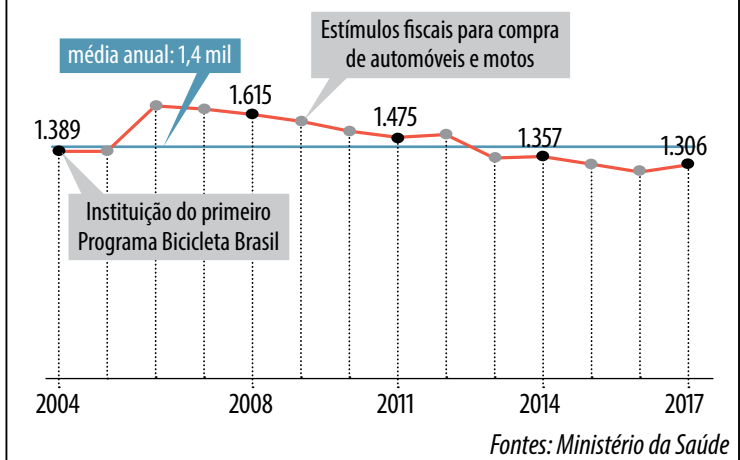
O estudo da Consultoria Legislativa da Câmara corrobora a avaliação de que a malha cicloviária no Brasil tem crescido aos trancos e barrancos, entre outros motivos por causa dos projetos equivocados e da má qualidade de obras. Mas tem crescido. Os levantamentos mais recentes apontam para uma malha cicloviária de aproximadamente 3,3 mil quilômetros nas capitais, levando em conta ciclovias e ciclofaixas, ciclorrotas e ciclofaixas de lazer.

Malhas cicloviárias nas capitais



Fonte: Mobilize Brasil (compilação)

Mortes de ciclistas em acidentes no Brasil



Fontes: Ministério da Saúde

Saiba Mais

Lei 13.724, de 2018
<http://bit.ly/Lei13724de2018>

Plano Bicicleta Brasil e Estratégia Nacional da Bicicleta
<http://bit.ly/BicicletaBrasil>

O desafio da mobilidade urbana
<http://bit.ly/DesafioMobilidade>

Cidades Cicláveis
<http://bit.ly/CidadesCiclaveis>

Mapas cicloviários
www.uniaoediciclistas.org.br

Política Nacional de Mobilidade Urbana
<http://bit.ly/PoliticaMobilidade>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania